

Licenciatura Plena em Pedagogia

Mariana de Sousa

**Eficácia escolar e o desempenho
de meninos e meninas**



Rio Claro
2017

Mariana de Sousa

Eficácia escolar e o desempenho de meninos e meninas

Orientador: Profa. Dra. Andréia Osti

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Biociências da Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” -
Câmpus de Rio Claro, para obtenção do grau
de Licenciada em Pedagogia.

Rio Claro
2017

370 Sousa, Mariana de
S725e Eficácia escolar e desempenho de meninos e meninas / Mariana de
 Sousa. - Rio Claro, 2017
 55 f. : il.

Trabalho de conclusão de curso (licenciatura - Pedagogia) -
Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro
Orientador: Andréia Osti

1. Educação. 2. Eficácia escolar. 3. Desempenho escolar. 4.
Aprendizagem. 5. Genero. I. Título.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente Deus por todo cuidado, sustento e amor demonstrado em mais uma etapa de minha vida.

Agradeço aos meus pais, Laércio e Claudete e a minha irmã Michelli, por estarem sempre ao meu lado, me apoiando e incentivando em todos os momentos.

Ao meu amado marido André por todo companheirismo e paciência que demonstrou no período de graduação. Muito obrigada por cada palavra de encorajamento e amparo.

À minha querida orientadora, Andreia Osti pela paciência, disposição e parceria durante todo esse estudo. À todos os professores do curso de Pedagogia, muito obrigada pelos conhecimentos compartilhados e construídos durante estes quatro anos.

E por fim, agradeço a todos que de alguma forma, direta ou indiretamente, me auxiliaram e estiveram comigo durante toda esta caminhada.

RESUMO

Levando em consideração que o fracasso escolar de estudantes é ainda uma realidade nacional, e verificando na literatura acadêmica que pesquisadores apontam que existem diferenças entre meninas e meninos, sendo esses últimos mais indicados para reforço escolar ou para atendimento diferenciado, o presente trabalho tem como objetivo identificar quais são as possíveis diferenças entre meninos e meninas em relação ao desempenho escolar e analisar quais são suas prováveis causas. A pesquisa caracteriza-se por qualitativa e de cunho bibliográfico. Serão analisados trabalhos publicados nos últimos dez anos em bases nacionais de artigos e em bases de universidades. Pretende-se compreender quais são as causas do fracasso escolar entre meninos e meninas e verificar o que a literatura vem apontando em relação a essa temática.

Palavras-chave: Desempenho escolar; Aprendizagem; Eficácia escolar; Gênero.

ABSTRACT

Considering that failing a school year remains a reality to many Brazilian students, and attesting in the academic literature that researchers indicate that there are differences between girls and boys, the latter being more frequently referred to tutoring or special classes, the present work aims to identify the possible differences between boys and girls in relation to school performance and analyze their probable causes. The research is qualitative and bibliographic in character. Papers published in the last ten years will be analyzed in national articles databases and in university databases. The aim is to understand the causes of flunking in school among boys and girls and to verify what the literature has been revealing about this theme.

Keywords: School performance, Learning, School efficacy, Gender.

Sumário

INTRODUÇÃO	8
1 EFICÁCIA E FRACASSO ESCOLAR	12
2 RELAÇÕES DE GÊNEROS E A EDUCAÇÃO	22
3 ANÁLISE DAS PESQUISAS SOBRE GÊNERO E DESEMPENHO ESCOLAR NO BRASIL	32
3.1 Educação infantil	33
3.2 Ensino Fundamental	34
3.3 Ensino Médio	42
4 DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERENCIAS	49

Introdução

O fracasso escolar é um assunto desde o início da história educacional brasileira. Antigamente era verificado pelos altos números de evasão e repetência escolar, atualmente é denunciado pela baixa qualidade de ensino no qual, não há mais evasão e repetência, porém encontra-se uma defasagem muito grande no processo de ensino e aprendizagem. Portanto, apesar de muito se articular, discutir e buscar soluções, o problema do fracasso escolar ainda é recorrente nos dias atuais. Muitos pesquisadores como Patto (2000), Sisto e Martinelli (2006), se debruçaram em estudos sobre o tema e apontaram diversas fatores que relacionam-se com fracasso.

Nesta perspectiva ao mencionar o fracasso escolar, refere-se a um assunto de muitas complexidades, uma vez que pode estar envolvido com aspectos de estruturas variáveis como as psicológicas, biológicas, sociais e ambientais. Contudo podemos ressaltar que em todos esses aspectos é possível encontrar a responsabilização do insucesso escolar sobre o aluno. Para Pereira (2015), o fracasso escolar denominado por uma concepção sociológica deve ser estudado em sua diversidade, sendo analisado não somente o aluno, mas também seu histórico social, além da escola, professores e metodologias utilizadas.

Para a superação do fracasso escolar espera-se um bom desempenho do aluno, porém este depende de elementos internos e externo da escola. Como maneira de comparar e medir o desempenho nas escolas brasileiras podemos destacar a criação do Sistema de Avaliação de Educação Básica (SAEB), pois a partir do dados apresentados por ele foi possível obter informações sobre a realidade educacional de cada região, o que auxiliou na melhoria da educação, pois os resultados permitiram uma análise, dos temas que precisavam ser modificados. Além disso foi também a partir de sua criação que surgiram mais pesquisas sobre o desempenho das escolas brasileiras. Entretanto apesar de ter sua importância e possibilitar a expansão de conhecimentos na área, resultados de estudos evidenciam que o modo de avaliação desenvolvido no SAEB, limita-se por ser muito superficial, pois apenas contabiliza acertos e erros, não contextualizando a realidade social, familiar e emocional do aluno.

Como já mencionado, há muitos fatores que influenciam no desempenho escolar. Entre eles, a relação do professor com a aprendizagem do aluno, pois dentre os papéis presentes na escola cabe ao professor o ofício de ensinar, além desse também encontramos a influência socioeconômica e familiar, ambos elementos internos que atingem diretamente a escola e sua eficácia. Podemos apontar também, que há certas atitudes e comportamentos que são rotulados pela sociedade como sendo de meninos e meninas e quando não cumpridos dentro do ambiente escolar, resultam em fracasso.

Neste sentido e referindo-se sobre a desigualdade de gênero relacionada ao desempenho, torna-se importante abordar um conjunto de relações sociais pois, segundo Pereira (2015), a identidade de gênero é configurada através das relações estabelecidas entre o sujeito e o seu meio social. Partindo disto, infere-se para o fato de que a sociedade educa ensinando desde muito cedo os papéis de cada sexo, por exemplo a menina deve brincar com a boneca e o menino com a bola. Na escola a menina deve ser comportada e quieta, do menino espera-se que seja um pouco bagunceiro, e que ambos consigam atingir as metas de aprendizagem estabelecidas para seu ano, entre outros exemplos que poderiam ser citados.

Sabe-se através de estudos como os de Carvalho (2001, 2003), Pereira (2008, 2015), Dal'Igna (2007) e Senkevics (2015), que há diferenças entres os sexos, não só no comportamento mas também no rendimento escolar. Após ingressar no projeto de extensão universitária “Formação de Professores para o Atendimento Educacional Especializado à alunos com Dificuldades de Aprendizagem”, observei que maioria dos alunos que são encaminhados para aulas extras de auxílio, são do sexo masculino. A partir de então, levantou-se as seguintes questões: realmente há diferença no desempenho escolar de meninos e meninas? Quais são essas diferenças e sua prováveis causas? As diferenças existentes estão relacionadas ao fracasso escolar?

Por diversas vezes ouvimos sobre as diferenças entre meninos e meninas, porém sempre há explicação de senso comum. Considera-se que problema aqui apresentado para estudo, é de suma importância, uma vez que muitas pessoas falam das diferenças existentes entre meninos e meninas no comportamento, no vestir, nas brincadeiras, no “capricho” com letra e o caderno

e tantas outros clichês, porém são poucas que se dispõem a pesquisar sobre o tema e suas causas. No Brasil por exemplo as pesquisas sobre as desigualdades de gêneros relacionadas ao desempenho escolar, de acordo com Pereira (2008) iniciaram-se tardiamente e tiveram fortes influências das pesquisas inglesas.

O presente trabalho busca compreender quais são as possíveis diferenças entre meninos e meninas em relação ao desempenho escolar e as suas prováveis causas. Para isto, investiga e analisa de maneira qualitativa e de cunho bibliográfico pesquisas relacionadas ao tema nos últimos dez anos. A pesquisa qualitativa contempla diversas áreas sociais e históricas, não procurando enumerar ou medir os eventos estudados. Parte do ponto de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas e lugares, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995). A pesquisa de cunho bibliográfico, segundo Gil (2008), é realizada com base em materiais já elaborados. Além disso, o autor ainda destaca que a principal vantagem desse tipo de pesquisa consiste em permitir que o investigador amplie sua área de cobertura sobre o tema, possibilitando a pesquisa diversos conceitos.

Tendo em vista o que já foi exposto sobre o tema, ressaltamos que gênero será abordado como um conceito de relações entre as feminilidades e masculinidades, que são reproduzidas socialmente e culturalmente. Portanto parte-se da hipótese de que há diferenças no desempenho escolar de meninos e meninas, porém essas diferenças podem ser causadas pelos pré-julgamentos já estabelecidos pela sociedade e não pelo gênero propriamente dito. A seguir apresenta-se uma síntese dos capítulos do estudo.

O primeiro capítulo abordará de maneira resumida o contexto no qual pesquisas acadêmicas e discussões sobre o fracasso e a eficácia escolar se desenvolveram. Além disso também será exposto diferentes teóricos que dissertaram sobre a temática, apontando as diversas concepções e complexidades que a explicação e solução para o fracasso escolar apresenta. No segundo capítulo será feita uma descrição sobre as relações e desigualdades de gêneros apresentadas na sociedade na educação demonstrando que a escola desde de sua constituição exibe essas diferenças.

O capítulo 3 trará uma revisão das pesquisas que abordaram o desempenho escolar relacionado ao gênero, com objetivo de levantar com os principais resultados encontrados e verificar as diferenças que apontaram entre meninos e meninas no que se refere ao ambiente escolar. As discussões sobre a revisão serão desenvolvidas juntamente com as considerações finais.

1 Eficácia e fracasso escolar

A eficácia e o fracasso escolar são motivos de inquietações pelo mundo, estudiosos e pesquisadores buscam por encontrar respostas e soluções que contribuam para a melhora na eficiência das escolas. A palavra “fracasso” é explicada, no dicionário Aurélio (FERREIRA, 2005), como desgraça, desastre, ruína, perda, mau êxito, malogro. A preocupação com o fracasso escolar, considerado como resposta insuficiente do aluno a demanda escolar, não é recente. Para compreender os termos mais profundamente, faz-se necessário uma busca do início do processo de interesses pelo tema no Brasil, com isso será preciso um breve histórico do conteúdo.

Analisando a história, encontramos como marco inicial das pesquisas o Relatório Coleman, publicado em 1966, que discorre sobre as causas para as diferenças de desempenho entre as escolas norte-americanas (COLEMAN et al., 1966). Segundo Santos (2010), com os resultados do Relatório foi possível identificar que as divergências no desempenho dos alunos não variava de acordo com o financiamento ou estrutura das escolas, mas o que realmente afetava no desempenho era a diferença socioeconômica entre os alunos, dessa maneira a escola não alterava em nada os resultados. Essas afirmações e conceitos incomodaram e despertaram muitos pesquisadores de diversos países que iniciaram seus estudos sobre tema, modificando apenas os modos de análise e testando novos métodos buscando assim, novas variáveis que pudessem auxiliar em novos resultados. Apesar de ter sido muito importante, o Relatório Coleman passou por muitas críticas, como por exemplo a falta de fatores que caracterizassem os processos internos da escola. Com isso começaram a surgir novas vertentes de estudos.

Na década de 70 houve um grande avanço, isso devido a repercussão do relatório. Alguns reforçavam a ideia de que os processos internos da escola não interferiam no desempenho escolar, outras, por sua vez, destacavam que a escola era um meio de reprodução de classes, sendo uma multiplicadora das desigualdades. As explicações sobre o fracasso que delineavam os estudos

desse período eram predominantemente as de características psicológicas, biológicas e sociais dos alunos. (BROOKE e SOARES, 2008;)

No final dos anos 70 início dos anos 80 alguns pesquisadores redefiniram a maneira de entender a eficácia escolar, atribuindo esse conceito a escola propriamente dita e não ao sistema como um todo, provando que a escola tem a capacidade de fazer a diferença. Esses pesquisadores concluíram que os estudos apresentados anteriormente sobre eficácia enfatizavam de forma demasiada as variáveis separadamente, não considerando a complexidade do sistema escolar. Sendo assim buscaram novos meios para avaliar, pretendendo principalmente dar utilização efetiva para a escola. Além disso, algumas pesquisas que se destacaram segundo Brooke e Soares (2008) foram as que buscavam diferenciar as medidas educacionais, incluindo as cognitivas e as não-cognitivas, estas trouxeram como resultados as diferenças entre as escolas e a relevância de se adequar o aluno na escola certa para um melhor desempenho.

Foi também nessas décadas que as pesquisas sobre essa temática se iniciaram no Brasil, isso devido a implantação da política de universalização do ensino fundamental. Que foi uma tentativa de inserção da população no crescimento econômico que estava acontecendo no período. Assim além do número de escolas públicas ter sido aumentado, o número de crianças matriculadas também cresceu demasiadamente. Com isso, a escola se deparou com um grande desafio de oferecer educação de qualidade para todos, porém com a falta de reestruturação e seu sistema seletivo e elitista, estimulou ainda mais a expansão do fracasso escolar. (CORRÊA, 2001) Diante dessa nova concepção educacional, começaram a planejar os objetos de estudo nesse campo de conhecimento, entre eles o fracasso escolar evidenciado, nessa época da história educacional, pela repetência e evasão escolar.

O insucesso escolar desse período era explicado pelas diferenças sociais, indicando os pobres como menos aptos a aprendizagem portanto os culpabilizando pelos fracassos ocorridos. De acordo com Pereira (2015), A pesquisa educacional brasileira dos anos de 1970 foi marcada pela Teoria da Carência Cultural, que decorre da explicação das desigualdades sociais, em que a psicologia diferencial, muda o conceito de raça pelo de cultura. Dessa maneira,

coloca como pressuposto básico que o fracasso escolar dos alunos das classes sociais mais baixas se dá pela carência ou privação cultural resultantes de suas condições de vida. Nessa perspectiva a escola tem o papel de diminuir essa deficiência, dando uma educação compensatória que supra as diferenças e faltas dos alunos. Dentro deste cenário são criadas as classes especiais ou de reforço. (GENARI,2006)

Essa concepção de fracasso escolar começou a mudar nos anos 80, a partir da teoria reprodutivista, quando se iniciaram análises que não somente responsabilizasse os alunos, suas classes sociais, ou a falta de cultura, mas também verificasse os processos internos e funcionas das escolas. Com relação ao sistema educacional segundo, Marchesi e Gil (2004), é necessário um reconhecimento e uma parcela de responsabilidade sobre o fracasso. Os autores ainda afirmam que, a sensibilidade diante das dificuldades dos alunos, os recursos existentes, a preparação dos docentes, a flexibilização do currículo, a atenção às escolas que ensinam alunos com riscos de fracasso escolar e os programas de reforços, são algumas condições que têm uma importante função com relação ao número de alunos que alcançam os objetivos estabelecidos na escola. Na contemporaneidade, diferentes opiniões e concepções vêm sendo idealizadas, buscando apoio em novos referenciais para tentar entender este fenômeno, que permanece o mesmo.

Em seu estudo Medeiros (1979), inaugura uma mudança de enfoque na pesquisa sobre o fracasso escolar. Esta, analisou acerca do sucesso e do fracasso escolar, indicando uma série de fatores que têm hipótese de incidir sobre as experiências de fracasso. A autora, evidencia três fatores de estudo que são: o contexto ambiental, o contexto psicológico e o contexto metodológico. O contexto ambiental, tem como características os aspectos relacionados ao nível sócio econômico como: ofício dos responsáveis, quantidade de filhos, idade, sexo e escolaridade dos pais. No contexto psicológico, os aspectos que são expostos pela autora têm relação com a sistematização familiar, como ordem de nascimento dos filhos, relacionamento entre eles, bem como a relação desses aspectos com explicações como ansiedade, agressão, isolamento, desatenção e falta de concentração. E o contexto metodológico, concentra-se no que é ensinado nas escolas, no professor e seu processo de análise. Dessa maneira

para Medeiros, os três contextos se relacionam e tem total ligação tanto com o sucesso quanto com o fracasso escolar.

Outro autor que se destacou em suas pesquisas sobre o assunto, foi Leite (1988). Este, fez uma análise crítica sobre o fracasso escolar no ensino de primeiro grau, envolvendo alguns aspectos do problema com a política educacional brasileira e as explicações tradicionais do problema, porém expondo as verdadeiras causas. Além disso, o autor também envolve os fatores externos e internos das escolas. Os fatores externos referem-se aos de teor sócio econômico em que os alunos estão inseridos, dessa maneira nota-se que a realidade da maior parte dos brasileiros da época era caracterizada pela pobreza e isso trazia grandes consequências sobre o desempenho escolar.

Nos fatores internos, Leite (1988) elenca uma série de aspectos e ressalta que poderiam ser modificados, pois integravam diretamente o sistema escolar. Como primeiro aspecto, o autor disserta sobre a distância cultural entre a escola pública e a sua população, apontando a inadequação dos materiais didáticos, relação professor-aluno entre outros. Reforçando essa concepção Marin (1998), descreve a precariedade das escolas públicas, destacando que os recursos materiais eram insuficientes, que os docentes não utilizavam os bens existentes nas escolas e que a relação professor-aluno era quase inexistente, isto devido à alta rotatividade dos professores, além disso a indisciplina e a falta de motivação dos alunos dificultava ainda mais essa relação.

O segundo aspecto levantado por Leite (1988), tem relação com a formação de professores, que muitas vezes era ineficaz por não abordar a prática como deveria, deixando irrelevante para os futuros docentes a realidade que encontrariam nas escolas. No terceiro aspecto encontramos, os programas de ensino e as práticas escolares. No que diz respeito aos programas de ensino podemos destacar, que alguns livros didáticos e cartilhas tinham problemas relacionados com as atividades propostas fora do contexto, sequência dos conteúdos, linguagem utilizadas entre outros. O fato é que não havia um olhar crítico e uma preocupação para que fosse feita uma adequação dos conteúdos com as condições da população atendida.

Nas práticas escolares nota-se, que havia uma grande utilização de métodos didáticos e condutas pedagógicas ultrapassadas, tais como punições, castigos e ameaças, além do sistema de recompensa. De acordo com Barretto e Mitrulis (1999) a concepção de que prêmios e castigos são formas de promover e acelerar a aprendizagem era totalmente equivocada. Uma vez que, notas, elogios, comparações entre colegas não tinham valor intrínseco, isso decorrente de cada situação. Além disso, as punições poderiam estimular os comportamentos inadequados, e quando bem-sucedidas não tinham efeito permanente. Esses métodos de ensino acabavam por determinar padrões para as ações dos alunos, inibindo sua espontaneidade e muitas vezes comprometendo sua aprendizagem, além de também ajudarem a destruir o sentido da escola, desviando a atenção do conhecimento para interesses periféricos.

Por fim, o último aspecto interno referido por Leite (1988), relaciona-se com a burocracia pedagógica que colabora em dificultar as mudanças dos professores e dos alunos. Estes muitas vezes tentavam contribuir para que houvesse mudanças no sistema educacional, porém eram reprimidos pela burocracia, o que podia ocasionar o sentimento de que não havia nada a fazer para mudar, fazendo dessa maneira que todos se mantivessem individualistas e despreocupados. É válido ressaltar que ainda encontramos na contemporaneidade muitos dos aspectos referidos pelo autor, como a precariedade das escolas e a falta de qualidade na formação de professores, o que nos faz refletir quão ultrapassada está a educação brasileira, que mesmo depois de anos ainda enfrenta e busca soluções para os mesmos dilemas.

Os autores Krouse e Krouse (1981) por sua vez, explicavam o baixo desempenho como sendo relativo, por resultados de vários anos escolares. Com apoio das literaturas da área, os autores estabeleceram quatro teorias para que houvesse uma melhor explicação do fracasso escolar. Estas teorias foram caracterizadas por pesquisar separadamente os seguintes fatores: habilidades escolares, como leitura e matemática, distúrbios de personalidade, déficits em autocontrole e interferência da ansiedade. Contudo através dos estudos, percebeu-se que cada teoria não conseguiria, se explicar se fosse desacompanhada, pois as intervenções não apresentaram progresso no

desempenho. Desse modo, os autores compreenderam que o desempenho escolar só poderia ser explicado, mediante um agrupamento das habilidades acadêmicas, de autocontrole e a interferência de fatores afetivos, pois ambas estão interligadas.

Em suma, verifica-se que o fracasso escolar é um evento de difícil explicação, isso devido aos diferentes aspectos e fatores, que são estabelecidos pelo acontecimentos históricos, sociais e políticos vivenciados não somente no Brasil, mas também no mundo. Assim sendo, observa-se através dos estudos supracitados, que no início do século XX investigavam como origens dos problemas de aprendizagem os aspectos que eram orientados pelos conhecimentos da medicina e das ciências biológicas, buscando anormalidades que explicassem o baixo desempenho. Já na década de 70, aumentaram-se os aspectos por passarem a considerar as influências do ambiente. Assim, para as justificativas do fracasso utilizava-se também fatores sociais. Foi somente nos anos 80, que os pesquisadores mudaram o enfoque para o papel das escolas perante a efetiva formação dos alunos e as ferramentas implícitas no processo de aprendizagem.

De acordo com Brooke e Soares (2008), foi apenas nos anos 90 que as pesquisas sobre o sistema educacional e sua eficiência se intensificaram, isso devido

[...] a consolidação do SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica a partir de 1995 e a consequente publicação regular de dados comparáveis sobre o desempenho dos alunos da educação básica provocaram uma mudança profunda na forma de analisar os sistemas de ensino no Brasil. Após o SAEB, os sistemas educacionais puderam ser analisados não só em relação à sua capacidade de atendimento às crianças em idade escolar, mas também em relação ao aprendizado de seus alunos. Pela primeira vez, tornou-se possível avaliar aquelas características das escolas que mais se associavam à aprendizagem. Mediante o cruzamento de informações sobre as condições de funcionamento das escolas, as características socioeconômicas dos alunos e o nível de aprendizagem alcançado, a pesquisa brasileira começou a quantificar o efeito-escola e a desvendar as especificidades da escola eficaz. (p.9)

Dessa maneira o SAEB, passa a ser um marco na história educacional brasileira, pois através dos resultados das provas de competências matemáticas e língua portuguesa é possível analisar com estão efetivamente as escolas públicas e privadas, por regiões e estados. Além disso o SAEB também analisa

e explora as condições internas e externas das escolas, por meio de questionários sobre estrutura familiar e escolar que são respondidas pelos atores da escola (alunos, docentes e diretores).

Fundamentados no SAEB surgiram muitos estudiosos que refletiam sobre o desempenho escolar, além disso expandiram-se as possibilidades de esclarecimentos de itens que poderiam ser aperfeiçoados para melhorar a eficácia da escola e o desempenho dos alunos. E também seus resultados geram a capacidade de se avaliar a evolução da qualidade de educação de todo país. (SANTOS, 2010)

Nessa perspectiva, encontramos a pesquisa de Laros e Marciano (2008), que avaliaram o SAEB da 3ª série do Ensino Médio do ano de 2001, em busca de ampliar o conhecimento sobre fatores associados ao desempenho em Língua Portuguesa. Os resultados foram que das variáveis relacionadas ao nível do aluno, as que mais afetam o desempenho em português são: recursos culturais na família e atraso escolar. Já as variáveis do nível da escola, as que mais afetam o desempenho em português são: quantidade de meninas na turma e quantidade de repetência na turma. As conclusões dos autores, propiciam uma percepção mais ampla sobre os problemas que afetam diretamente o desempenho e auxiliam para que haja algum tipo de melhoria na área.

Apesar do aumento das pesquisas e conhecimentos sobre o desempenho escolar no Brasil, os dados estatísticos indicavam a permanência da evasão e o aumento do fracasso escolar. Considerando a insistência dos problemas e buscando novas alternativas e soluções, o Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo, implantou o regime de progressão continuada no ensino fundamental com duração de oito anos, podendo ser organizado em um ou mais ciclos, o que foi instituído em dezembro de 1996 (SÃO PAULO, 1997).

De acordo com a deliberação, o regime de progressão continuada devia assegurar a avaliação do processo de ensino-aprendizagem, possibilitando a recuperação contínua e paralela, dependendo dos resultados periódicos e parciais do aluno. Segundo o artigo 3º da deliberação, o projeto educacional de implantação do regime de progressão continuada deve especificar, entre outros aspectos: recursos que assegurem a avaliação institucional interna e externa; as

avaliações da aprendizagem ao longo do processo, que devem conduzir a uma avaliação contínua e cumulativa da aprendizagem do aluno, de modo a permitir a apreciação de seu desempenho em todo o ciclo; atividades de reforço e de recuperação paralelas e ininterruptas ao longo do processo; indicadores de desempenho; contínua melhoria do ensino; articulação com as famílias no acompanhamento do aluno ao longo do processo, entre outras. Além disso, os alunos não seriam mais reprovados ao final das diferentes séries, mas ao final de cada ciclo. (SÃO PAULO, 1997)

Em vista das novas providencias tomadas, nota-se que a implantação da progressão continuada foi estruturada especificamente para diminuir um número de evasão escolar, uma vez que, não há mais reprovações por séries. Todavia, é valido ressaltar que o projeto também deixa explicito a preocupação com a importância de um aprendizado de qualidade, reforçando que a avaliação do desempenho deve ser contínua, pois somente assim é possível verificar as dificuldades dos alunos e auxilia-los na melhoria. Porém, a realidade averiguada após a instituição do regime é de exclusão de alguns estudantes, que mesmo tendo acesso à escola e avançarem pelos ciclos, não adquirem realmente os conhecimentos cientificamente elaborados. Por esses e outros motivos o sistema tem causado discussões, entre estudiosos e professores, que apoiam ou criticam as medida tomadas pelo Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEESP).

Um dos autores sobre o tema foi Brito (2001), que destacou, que o Programa de Formação Continuada (PEC), disponibilizado para os docentes, não proporcionou uma ampla reflexão sobre a progressão continuada, dificultando assim a ruptura com o sistema de seriação. O autor ainda enfatiza que sem uma efetiva discussão sobre o assunto, os professores não compreendem o real objetivo do programa e confundem a progressão continuada com a promoção automática.

Para Sousa (2001), a avaliação é, dentre as outras práticas escolares, a que mais sofreu mudanças com a implantação da progressão continuada e em decorrência a que mais tem levantado dúvidas por parte dos professores, dos pais e até mesmo dos alunos. A avaliação, no sistema de avanços por ciclos deve atender a diferentes funções no processo de escolarização, ser entendida

como uma ação continuada e vivenciada em seu sentido essencial para promover o processo de ensino e aprendizagem. Viégas (2002), por exemplo, ressalta que os educadores consideraram as novas estatísticas uma fantasia, expressando uma nova forma de exclusão dos alunos.

Bertagna (2010) salienta que a progressão continuada, da maneira que foi efetivada, não cumpre devidamente sua função, uma vez que, se manifesta contra a seletividade, porém acarreta e revela através desta as desigualdades sociais. Segundo a autora a avaliação informal, se desenvolve ganhando mais força, nessa forma de organização escolar o que auxilia o crescimento e aparecimento das desigualdades produzidas no âmbito escolar e nos meios sociais, demonstrando as novas formas de manutenção da seletividade e da exclusão escolar.

Por outro lado encontramos autores como Nascimento (1999), que se declara a favor do sistema de progressão continuada, visto que para ele a avaliação classificatória e seletiva é um sistema que precisa de mudanças, pois a distinção resultante da aprovação ou da reprovação não garante a qualidade do ensino. Para ele, a ruptura da seriação imposta pela progressão continuada foi um grande avanço para a educação.

Podemos verificar através do número de pesquisas sobre o fracasso escolar que o tema continua tendo grande relevância no contexto escolar brasileiro, sendo ainda muito estudado e debatido. Segundo Martinelli e Sisto (2006) a realidade escolar brasileira demonstra um alto índice de evasão e um baixo índice de desempenho escolar. Estes fatos tem sido motivo de grande preocupação não somente dos meios acadêmicos, mas também dos meios políticos, que vem discutindo sobre as melhorias educacionais. Mais recentemente foram acrescentados a esses problemas, as dificuldades que os alunos estão apresentando em seu processo de aprendizagem. Podemos notar que os estudos que abordam o fracasso escolar no Brasil seguem como orientações de análise o aluno, o professor, o contexto familiar, investimento das políticas públicas educacionais, entre outros (CARVALHO, 2001; CARVALHO, LINHARES, MARTINEZ, 2001).

Há muitas variáveis que estão vinculadas ao sucesso e fracasso escolar. Sisto e Martinelli (2006) por exemplo, abordam os fatores afetivos e suas relações com a aprendizagem, enfatizando as características individuais dos alunos, focando sua análise nos problemas relacionados a organização afetiva. Sob Outra perspectiva Salvador (2007) relaciona o desempenho escolar com vários fatores como: ambiente familiar e atitudes parentais; relação com professores, relação com pares, aspectos da história de vida da criança e características e comportamentos da própria criança.

Apesar de existirem muitas variáveis que estão relacionadas ao desempenho escolar, o presente estudo se dedicará em analisar os fenômenos que estão associados a diferenciação de gênero. Pressupõe-se que os estudos nessa área, ainda tem muito a contribuir, principalmente no que se refere ao fracasso e sucesso escolar, auxiliando no entendimento e aprofundamento dos conhecimentos. Com o intuito de esclarecer alguns aspectos da temática, no próximo capítulo será exposto como os papéis de cada gênero são estabelecidos pela sociedade e como essas relações podem afetar o desempenho escolar.

2 Relações de gêneros e a educação

Ao discutir sobre as desigualdades de gêneros na educação, é necessário destacar as relações sociais que influenciam na maneira em que meninos e meninas se constroem como tais. De acordo com Pereira (2015), é preciso considerar as concepções culturais que os gêneros carregam e não somente as concepções e diferenças físicas e biológicas que a diferenciação de sexo traz. Desse modo, gênero será abordado como um componente estruturador da sociedade, uma construção social realizada a partir das diferenças entre os corpos.

É comum encontrarmos a utilização da palavra “gênero” com substituição do termo “sexo”, essa troca pode causar um conflito nas discussões teóricas. Além disso o gênero como um conceito relacional tem um sentido flexível. (Izquierdo, 1994) Nessa perspectiva, a definição de gênero não se constitui pelo fato de ser fêmea ou macho, mas pelas relações instauradas do sujeito com seu contexto social. Desse modo os estudos sobre gêneros, tentam compreender a instituição e construção das relações que denominam e determinam os papéis sociais, ou seja as características que são consideradas masculinas e as consideradas femininas.

Os papéis sociais, manifestaram-se inicialmente nos anos 30 e difundiram-se totalmente após a guerra americana. Perante uma possível crise do capitalismo, surgiu a teoria dos papéis sociais como forma de encobrir os reais problemas enfrentados pela sociedade. Esta descrevia um conjunto de atitudes esperado de cada classe social para que dessa maneira a situação fosse abrandada. Posteriormente, adequou-se a teoria aos gêneros e desenvolveu-se os papéis que deveriam ser masculinos e femininos na sociedade. (CONNELL, 2009)

Segundo Senkevics (2015), os papéis sexuais, desde o princípio foram constituídos a partir das diferenças de gêneros, não referindo-se somente as características biológicas, uma vez que envolve o cultural e o social. Desse modo, faz parte do sistema social que estrutura a sociedade, e as masculinidades e feminilidades são aprendidos e desenvolvidos através da

socialização. Além disso, o autor também expõe que por ter esses aspectos de nutrir um sistema, essas diferenças e papéis determinados podem ser encontradas ainda hoje e são sustentadas e disseminadas pelo âmbito familiar e escolar.

Como exemplo, podemos observar que algumas práticas e posturas são difundidas nas crianças dentro de seus lares, uma delas é a divisão dos trabalhos domésticos. Algumas pesquisas como as de Bruschini (2006) e Bruschini e Ricoldi (2012), apontam que o número de mulheres que fazem os trabalhos domésticos é muito maior que o número de homens. As autoras destacam como trabalhos domésticos como o de “arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; preparar alimentos, passar e lavar roupa, lavar louça, cuidar de filhos ou menores moradores; limpar o quintal ou terreno que circunda a residência” (p.338)

Abordaremos a pesquisa Bruschini e Ricoldi (2012), que buscaram mostrar dados sobre a participação do homem nos trabalhos domésticos. Para isso utilizaram entrevistas exploratórias, debates com grupos de homens de renda familiar inferior a cinco salários mínimos, pais de filhos com menos de 14 anos e também fizeram uso dos dados secundários sobre a participação masculina nos “afazeres domésticos”, obtidos nas bases de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE) de 2006. Os resultados das entrevistas, demonstraram que os homens ajudam em alguns afazeres da casa e no cuidado com os filhos, porém fica claro que em suas concepções ainda são trabalhos de responsabilidade das mulheres. Isso é confirmado através dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), que revelaram que a divisão sexual do trabalho doméstico se reproduz através dos filhos de ambos os sexos. A análise quantitativa revelou que na faixa etária de 10 a 14 anos 46% dos meninos declararam cuidar de afazeres domésticos, mas a participação maior é das meninas de 78%. Além disso, homens de 30 a 39 anos foram os que mais declararam realizar afazeres domésticos, 56%, percentual este que abaixa a partir dessa faixa etária, enquanto o das mulheres começa a cair somente após os 60 anos.

Resultados da pesquisa de Carvalho e Senkevics (2015) também demonstraram a disseminação das desigualdades de gêneros nos trabalhos

domésticos. Para as crianças que compuseram a pesquisa a participação das mães e irmãs mais velhas nas tarefas domésticas servia como um modelo de atividades e expressões de femininas. Em todos os casos entrevistados as crianças meninos e meninas auxiliavam nos afazeres da casa, porém sublinharemos que as meninas entendiam que era “obrigação” e não uma “ajuda” em casa, assim as responsabilidades na divisão das tarefas eram marcadas por gênero, que não apenas destinava às meninas a maior carga de serviço, como também fortalecia o conceito de desigualdades.

Sendo assim, as definições de masculinidades e feminilidades são determinadas e repassadas para outras gerações de acordo com um ponto de vista cultural. Para uma compreensão e contextualização mais abrangente, discorreremos sobre desigualdades no ambiente escolar e buscaremos refletir sobre o surgimento dos aspectos e relações que propiciam a diferenciação dos gêneros no contexto educacional brasileiro.

A escolarização brasileira é marcada desde antigamente pelas desigualdades. De acordo com Bulbarelli (2007), as primeiras escolas foram estabelecidas com uma associação entre a burguesia e a igreja. Os jesuítas ensinavam e formavam os meninos brancos da elite para que ocupassem seus lugares na sociedade. Com o aumento das discussões, da demanda de crianças e com a chegada da família real no país, novas escolas abriram-se para receber meninos de outras etnias e classes sociais e também receberam obrigatoriamente minorias de meninas. Porém as diferenças nos currículos eram notórias, uma vez que os meninos aprendiam noções de latim, geometria e cálculo; as meninas, como eram vistas como as primeiras formadoras por desempenharem na sociedade somente o papel de donas de casa, mãe e esposa, cabia-lhes a aprendizagem de leitura e escrita, bordado, costura, música e boas maneiras, para que exercessem com excelência as futuras funções e não ultrapassem esses limites.

Com a ruptura entre o Estado e Igreja e o estabelecimento da República, as mudanças na maneira de entender a educação das mulheres foram inevitáveis e mesmo ainda sendo ligada a figura de mãe formadora, o currículo das meninas incorporou alguns conteúdos científicos como economia doméstica,

psicologia e puericultura. É possível notar mesmo com teor científico que os currículos ainda eram repletos das concepções consideradas femininas.

A partir dessas modificações podemos ressaltar a formação de um novo tipo de leitoras, por conseguinte as literaturas precisaram se adaptar, dessa maneira surgiram novos tipos literários, que eram direcionadas à elas. Lajolo e Zilberman (2001) destacam que as novas literaturas alcançavam cada vez mais adeptas, pois eram romances e folhetins que continham como enredo histórias associadas a valorização da mulher, além disso também transmitiam alguns valores religiosos. Assim o hábito da leitura foi essencial na educação feminina, pois foi através deste puderam expandir conhecimentos e indicar mesmo que sutilmente um prenúncio de uma modificação em seu papel social.

Por volta da metade do século XIX, apareceram as primeiras escolas normais brasileiras, que pretendiam formar professores de ambos os sexos, porém as aulas eram ministradas em classes e prédios separados. De acordo com relatório de várias províncias, o número de mulheres que se formaram superou o de homens. Louro (2001) observa esse acontecimento como a origem da feminização na carreira docente, uma vez que além do processo de industrialização ter aberto novas oportunidades de trabalhos para os homens, a carreira do magistrado se definia como uma função da mulher por ser comparado ao papel da mãe. Aos poucos com formações mais adequadas e novas técnicas, a imagem de professora como uma mãe foi se modificando para a de uma profissional de ensino, é válido sublinhar que desde o aparecimento da carreira docente a remuneração era uma das mais baixas da época.

Após a consolidação da escolarização e a liberação da formação docente para ambos os sexos, o número de mulheres nas escolas tanto como alunas quanto professoras só aumentou. Podemos afirmar isso de acordo com a coleta do Censo Demográfico 2000 feita pelo IBGE. A partir dos dados divulgados podemos destacar que em 1920 a escolaridade entre as mulheres era menor que a dos homens, porém já em 1950 a 1960 o número de mulheres com escolaridade era superior ao número de homens.

Dados apresentados pela Sinopse Estatísticas da Educação Básica 2013, feita pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

Teixeira (Inep), sobre o Ensino Fundamental e Ensino Médio também são relevantes pois, eles demonstram que no início da escolarização o número de alunos meninos era mais alto que o de meninas, porém é interessante ressaltar que há uma inversão nos números a partir da metade do Ensino Fundamental, chegando ao ensino médio com sua maioria sendo mulheres. (INEP, 2013)

Alguns dados mais recentes do IBGE de 2007 para 2014, apontam que o nível de instrução feminino manteve-se mais alto que o masculino. Em 2014, no grupo de 25 anos ou mais de idade, a parcela com pelo menos 11 anos de estudo representava 40,3%, para os homens e 44,5%, para as mulheres.

Através dos dados apresentados podemos perceber que as desigualdades são mantidas no contexto escolar, ora por não permitir o acesso de todos, ora por um gênero se propiciar mais da instrução. O fato é que juntamente com fatores étnicos, sócio econômico, territoriais e regionais, as diferenças muitas vezes são empecilhos para que os alunos consigam completar a escolarização com sucesso. Nessa perspectiva é necessário verificar as várias maneiras concebidas de ser “menino” e “menina” que de alguma forma influenciam o desenvolvimento dos alunos em sala de aula.

Os papéis sociais e conseqüentemente os sexuais, fazem parte do ambiente escolar, uma vez que lá se reproduz o que é encontrado na sociedade. Assim sendo, as crianças além de aprenderem com as famílias quais papéis devem desenvolver, também encontram isso na escolarização através das socializações e interações com educadores, colegas, materiais como livros que propiciam situações de desigualdades de gêneros, espaços físicos, além de algumas condições encontradas no cotidiano escolar que reforçam as diferenças, não só nas relações de gêneros como também das de classes sociais e as de raça. Corsaro (2011) por exemplo, enfatiza que as construções das masculinidades na área educacional ocorrem a partir de muitos aspectos, como as práticas generificadas reproduzidas pela instituição, as expectativas escolares e a maneira que os docentes abordam as ocorrências que surgem das manifestações de socialização entre as crianças.

Dessa maneira, preconceitos relacionados ao gênero, são muito encontrados nas escolas. Pesquisadores como Carvalho (2001, 2003, 2012),

tem buscado estudar as diferenças entre os gêneros e causas delas no contexto escolar. Segundo a autora encontramos um número maior de meninos que frequentam salas de reforços e fracassam na escola. Para aprofundarmos e ampliarmos as reflexões sobre o tema analisaremos um artigo no qual Carvalho (2003) traz informações sobre a diferença no desempenho de meninos e meninas abordando possíveis explicações para o fato de meninos serem a maioria quando o assunto é fracasso.

Como primeira explicação para defasagem escolar por parte dos alunos do sexo masculino, a autora destaca que o trabalho infantil é muito usado como justificativa, pois ao trabalharem os meninos se afastam da escola e não tem tempo para estudar, porém ela ressalta a necessidade de pesquisas mais profundas sobre o assunto, uma vez que as estatísticas no Brasil sobre o trabalho infantil são precárias. Além disso a autora também enfatiza que muitas meninas em idade escolar, trabalham nas tarefas domésticas como limpar a casa e cuidar de irmãos mais novos diariamente, o que poderia acarretar certa dificuldade em seu desempenho. Para atribuir um baixo desempenho dos alunos ao trabalho seja ele remunerado ou não, antes é necessário um estudo mais complexo de cada caso para entender e auxiliar os alunos da melhor maneira.

Um outro parecer apresentado por Carvalho (2003) que é muito utilizado para explicar a diferença entre os gêneros na escola, seria de que as meninas são mais adaptáveis ao ambiente escolar, visto que são obedientes, caprichosas e silenciosas qualidades essas que fazem delas boas alunas. Já os meninos são por natureza desleixados, bagunceiros e desordeiros, características essas dificultariam o “ofício de aluno”. O conceito ofício de aluno refere-se ao modo de como devem se comportar dentro da escola e seguir algumas regras e rituais, para uma boa adaptação. De acordo com Perrenoud (1995) não há um a definição claro do conceito uma vez que:

“o ofício de aluno não é igual para todos. Das pedagogias tradicionais às pedagogias ativas, os seus contornos variam. Mudam, ainda, de um professor para o outro, de acordo com as expectativas de cada um, os métodos, os modos de manejar as classes, a concepção de aprendizagem, de ordem, do trabalho, da cooperação, da avaliação e etc.” (p.201- 202)

Nessa perspectiva, encontramos a pesquisa qualitativa realizada por Carvalho (2001), com professoras e alunos de uma escola pública do estado de São Paulo que buscou discutir os critérios de avaliação escolar utilizados por duas professoras, e também procurou apontar em que medida suas opiniões sobre masculinidade e feminilidade interferiam em seus julgamentos.

A aceitação de que haviam diferenças no desempenho de meninas e meninos foi unânime. Os estudantes considerados como bons alunos segunda a fala das professoras eram obedientes, participativos, organizados e cumpridores das tarefas, em sua maioria do sexo feminino, com algumas exceções. Como por exemplo duas garotas que:

“Vivenciavam intensamente uma feminilidade assentada na obediência às normas, na organização e na submissão, essas meninas falhavam, do ponto de vista das professoras, por não terem criatividade, voz própria, autonomia e, portanto, participarem pouco, não serem questionadoras, não terem papel de liderança no grupo.” (CARVALHO,2001. p. 563)

Já a maioria dos meninos se mostravam desleixados e despreocupados características próprias da masculinidade.

“...eles eram também acusados de serem desligados, esquecidos (“Parece que vive em outro mundo”, Célia); faltarem muito, inclusive nas oficinas de reforço, não mostrarem “compromisso com a escola”; não perguntarem, não questionarem e não reagirem às admoestações e incentivos das educadoras (“Mesmo se dá uma bronca nele assim, ele parece que tanto faz como tanto fez”, Célia); serem desleixados com seu material escolar, desorganizados, e até mesmo pouco limpos (“Enfim, ele não tem... até aquela coisa da limpeza, sabe? Limpeza de caderno, limpeza de material, limpeza de mochila”, Célia). Estas características são evidentemente opostas àquelas encontradas nas meninas com dificuldades, todas assíduas, organizadas, obedientes, comprometidas.” (CARVALHO 2001, p.566)

Ainda segundo as professoras havia um certo preconceito entre os próprios alunos em ser obediente ou caprichar, isso devido as idealizações concebidas por eles de coisas de meninos e meninas.

Em muitas expressões e falas das professoras foi possível notar como as feminilidades e masculinidades estão presentes no processo de avaliação comportamentais, por exemplo quando descrevem as letras dos alunos e os cadernos. Outro ponto que podemos destacar são que essas concepções de gêneros estão intrínsecas em nosso cotidiano e isso dificulta para as professoras fazer uma real avaliação dos alunos, pois para que isso aconteça seria necessário um processo de desconstrução de tudo que elas aprenderam com a sociedade como sendo masculino e feminino, só dessa maneira conseguiriam refletir e avaliar o que realmente é necessário para ser um bom ou mau aluno.

Retomando as explicações citados por Carvalho(2003) para o fracasso escolar dos meninos, abordaremos como última justificativa, a maneira que as crianças são tratadas e educadas em suas famílias. A autora esclarece que muitas pesquisas colocam a culpa nas desigualdades entre meninos e meninas no tratamento diário, como por exemplo em brincadeiras e brinquedos, segundo Brougère (2003) há muitas diferenças entre meninos e meninas na escolha dos brinquedos, porém ele enfatiza que os reforços sociais refletem sobre essa escolha de modo assombroso, pois quando pais ou educadores oferecem algum objeto ou valorizam algum comportamento, estão de certa forma contribuindo e incentivando a proliferação da cultura sexuada. Também encontramos diferenças nas literaturas que são apresentadas para as crianças, Felipe (1997) em uma análise crítica a alguns livros infantis, encontrou diversas vezes as concepções e identidades de gêneros muito estereotipadas.

Há ainda pesquisas que investigam que as meninas das camadas populares por serem mais limitadas a circulação fora de casa e responsáveis pelas tarefas domésticas, tem uma visão mais positiva da escola, uma vez que o espaço se torna local de lazer e socialização, além disso também torna-se um lugar de tratamento igualitário. No entanto, os meninos têm mais liberdade para diversão podendo sair na rua a qualquer momento. (Heilborn; Madeira, 1997 apud Carvalho 2003)

Outro autor que se destacou por suas pesquisas sobre a desigualdades de gênero no desempenho escolar foi Pollack (1999) que descreveu sobre as diversas situações de inferioridade dos meninos no meio escolar. Os professores de sua pesquisa também listaram aspectos como indisciplinas, impaciência e

agressão sendo relacionados aos meninos, demonstrando certa dificuldade em estabelecer uma relação mais próxima com eles, sendo assim a relação com as meninas era mais apta ao sucesso, uma vez que as professoras eram mais suscetíveis e sensíveis a elas. Ainda segundo o autor, os índices de meninos que são indicados para o reforço e diagnosticados com algum transtorno de aprendizagem é muito maior que o número de meninas, isso devido à falta de uma boa relação com o professor e a ausência de um ambiente escolar que os acolha e aceite. Para uma melhoria nessas áreas o autor sugere que haja um investimento na formação dos docentes e nas práticas de ensino, além disso ele saliente a importância de se incentivar e apoiar a entrada masculina nesta carreira, pois principalmente nas séries iniciais a presença feminina é quase unânime nas escolas.

É possível notar a escolha feminina pelo magistério, desde a criação das escolas normais isso devido a certas características da carreira, como a de proporcionar uma correlação com a vida doméstica, seguindo muitas vezes com extensão desta. Além disso, a esfera cultural brasileira condicionou esta área do conhecimento como sendo mais propícia a mulheres.

Analisando contextos históricos e sociológicos, pode-se identificar que a relação das mulheres com docência é mais próxima que a dos homens, e este fato persiste mesmo com o passar dos anos. Assim sendo, os alunos podem ser influenciados pelas mulheres como por exemplo nas conduções de brincadeiras, escolhas de brinquedos e nos em seus gostos literários. Porém apesar disso, é válido ressaltar que não há como culpar os fracassos escolares somente pela da feminização na escola, pois como discutido em todo trabalho, há uma série de fatores que envolvem este acontecimento.

No decorrer do capítulo, é notável que as construções e relações de gêneros são presentes ao longo de toda história social e escolar. No contexto educacional brasileiro observamos desde o início as dificuldades de se oferecer uma educação igualitária a todos, além disso levantamos vários aspectos sobre como as relações de gêneros influenciam nas avaliações e diferenciações dentro desse âmbito. Ressaltamos que há certas compreensões e explicações para o fracasso escolar em relação a diferenciação dos gêneros, que precisam ser melhor abordadas e discutidas.

Com o intuito de averiguar as variáveis e diferenças presentes no desempenho escolar de meninos e meninas este estudo está sendo realizado, e, com o objetivo de situar o leitor a respeito de pesquisas nesta área, será apresentado no próximo capítulo um cenário atual dos principais referenciais encontrados sobre desempenho escolar e relação de gêneros, isto será feito por meio de um levantamento dos estudos abordando esta temática.

3 Análise das pesquisas sobre gênero e desempenho escolar no Brasil

Este capítulo exibirá uma revisão dos estudos nacionais, que foram realizados nos últimos dez anos, que investigaram e articularam o desempenho escolar ao gênero. Por meio dos resultados e discussões encontradas em tais trabalhos, pretende-se verificar e apontar as reais diferenças entre meninos e meninas no desempenho escolar e buscar as prováveis causas para o fenômeno. Inicialmente queremos salientar que segundo Carvalho (2012) apesar do tema estar presente nas pesquisas educacionais brasileiras há um bom tempo, a questão da diferenciação dos sexos no desempenho dos alunos, nunca esteve em cerne nas pesquisas, pois as desigualdades sociais e raciais sempre posicionaram-se como mais importantes.

A partir dessas considerações, o levantamento bibliográfico do presente trabalho foi direcionado para artigos publicados no banco de dados do Scientific Electronic Library OnLine (SciELO), e ao acervo digital das bibliotecas universitárias da Faculdade de Educação da Unicamp e USP, selecionando apenas dissertações e teses e artigos publicados nos últimos dez anos.

Ao realizar um levantamento preliminar na base de dados, apresentaram-se alguns resultados. A princípio utilizou-se como palavras chave “desempenho escolar” e após para maior delineamento do tema acrescentou-se “diferenciação entre meninos e meninas” e “diferenças de gêneros”. Posteriormente, com a leitura minuciosa e o fichamento dos trabalhos, foi efetuada eliminação dos que não estavam relacionados ao tema. É interessante ressaltar que muitos dos estudos sobre desempenho escolar encontrados evidenciaram outros fatores como motivação, relação familiar e auto percepção, com isso focalizamos especificamente em trabalhos que buscaram expor como centralidade as questões de gêneros.

Desse modo, utilizamos para discussão o total de 11 pesquisas sendo: 5 trabalhos da base de dados do SciELO, 1 trabalho da base da Faculdade de Educação da UNICAMP e da base de dados da USP foram usados 5 trabalhos, os quais, pareceram mais relevantes para a compreensão do sucesso escolar e fracasso escolar na diferenciação dos sexos. Para a melhor compreensão das

análises, as teses e artigos foram organizadas de maneira cronológica, seguindo como eixo uma separação entre séries.

3.1 Educação infantil

Iniciaremos a análise pelo único artigo encontrado sobre a educação infantil. Gardinal e Marturano (2007), investigaram associações entre o comportamento e desempenho na educação infantil, considerando o sexo das crianças. As autoras descrevem várias questões que fazem parte do cotidiano no ambiente escolar das crianças desta faixa etária, destacando autores que dissertam sobre o tema. Desse modo e após alguns embasamentos, vinculam ao comportamento a maneira como alunos se relacionavam com as tarefas, professores e colegas, além disso também buscaram dentro das variáveis e associações encontradas, aspectos relacionados aos sexos dos alunos.

Os instrumentos utilizados para pesquisa foram, uma escala de avaliação de comportamento dos alunos respondida pelos professores e para avaliar o desempenho foi feita uma sondagem de leitura e escrita com os alunos. Participaram 68 meninos e 65 meninas, que estavam matriculados em três escolas municipais do interior de São Paulo. De acordo com os resultados, o potencial intelectual apresentou-se associado aos indicadores de desempenho em escrita e leitura. As autoras destacam que “meninos e meninas mais arredios mostraram desempenho mais pobre que seus colegas mais comunicativos, embora no caso das meninas a correlação tenha sido observada apenas com o escore de escrita.” (p.9)

Os professores avaliaram positivamente ambos os sexos, porém nos comportamentos e atribuições relacionadas com a tarefa, são mais bem sucedidas as meninas que segundo as professoras são participativas e orientadas; No relacionamento com os colegas os meninos foram avaliados como mais agressivos, sendo as meninas mais tolerantes e controladas; e no relacionamento com o professor, semelhante ao com os colegas os meninos são mais agressivos e desrespeitosos.

Apesar do estudo ser benéfico e auxiliar professores no que se refere as relações, temos que considerar que foi feito principalmente através do

juízo destes, não considerando opiniões e aspectos individuais dos alunos.

3.2 Ensino Fundamental

Os trabalhos encontrados que abordam com centralidade, as diferenças de desempenho escolar entre meninos e meninas no Ensino Fundamental, foram 8 entre artigos, teses e dissertações. São estudos qualitativos, realizados em escolas públicas onde encontram-se crianças de origem populares, estes foram focados nas opiniões e nas atitudes das professoras, além de alguns considerarem e entrevistarem também os alunos. Dessa maneira faremos a análise e descrição, iniciando pelos trabalhos que pesquisaram as séries iniciais do Ensino Fundamental e sucessivamente discorreremos sobre as demais séries.

A pesquisa de Dal'Igna (2007), foi realizada com professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental das redes municipal e estadual da cidade de São Leopoldo/RS. Como método de investigação utilizou-se um grupo de discussão em que as professoras puderam expor suas concepções sobre o desempenho escolar, permitindo à pesquisadora analisar como gênero atravessa e se constitui nos discursos pedagógicos. Além disso a autora também buscou “problematizar as relações de poder que constituem, classificam e posicionam meninos e meninas em lugares diferenciados e hierarquizados no que se refere ao desempenho escolar, atribuindo a estes diferentes significados” (Dal'Igna, 2007 p.241)

A primeiro momento as professoras não assumiam haver diferenças entre meninos e meninas, porém no decorrer da discussão e instigadas pela pesquisadora a pensar sobre o assunto, encontram-se relatos em que as mesmas justificam as possíveis diferenças no desempenho, através da hierarquização, pois os meninos que tinham um baixo rendimento relacionavam-se com ações comportamentais e não cognitivos, porém as meninas com alguma dificuldade se explicaria pela falta de conhecimento ou incapacidade. Além disso, as docentes descreveram a existência e intervenção das diferenças biológicas naturais que são próprias de cada gênero, como por exemplo meninos

mais agitados e meninas mais quietas. A autora ainda destaca que os discursos apresentados pelas professoras colocam a culpa do mau comportamento dos meninos na escola, no entanto a mesma explicação não é usada se o aluno no caso for menina, essas práticas contribuem para “legitimar a superioridade masculina e a inferioridade feminina” (ibidem, p.254)

Deste modo, nota-se que na avaliação das professoras, mesmo que involuntariamente há um teor que valoriza as masculinidades desenvolvidas nas ações dos meninos. Porém nos relatos das docentes as mesmas características que são valorizadas de alguma maneira, também interferem para o mau desempenho do alunos.

Nesta mesma perspectiva de analisar a percepção de professores sobre meninos e meninas Pereira (2008), buscou verificar as causas dos encaminhamentos para as salas de recuperação. Para isso fez uma pesquisa de campo em um projeto de reforço para alunos com dificuldades em leitura e escrita, localizado em uma escola municipal da região metropolitana de São Paulo. A pesquisa foi composta por alunos da 2° e 3° série do Ensino Fundamental e contou com 62 crianças sendo 40 meninos e 22 meninas, além disso também participaram 5 professoras. Como meios de abordagem e levantamento de dados, fez uso de entrevistas com as professoras das classes do alunos indicados e também com as professoras do projeto, além de fazer observações das reuniões de conselho de classe.

Os resultados apresentados demonstraram que a culpabilização do fracasso escolar tem sido relacionado pelas professoras, as famílias e as condições econômicas em que os alunos vivem. Porém o aspecto que se mostrou mais impactante no desempenho dos alunos foi a maneira em como se adequam em suas “funções” quanto alunos meninos e meninas. Estas “funções” se constituem a partir do ponto de vista dos professores que esperam certos comportamentos de cada sexo. Para que consigam se ambientar na escola é necessário seguir as “funções” que são ligadas a feminilidade e masculinidades. Considerando as entrevistas das professoras foi possível constatar que apesar de meninos e meninas terem dificuldades em aprenderem as normas e ritos escolares “o grande diferencial estaria relacionado ao nível de dependência de vários meninos em relação à professora para realização de suas tarefas.” (p. 88)

Além disso, sublinharemos que por algumas características de masculinidade serem reforçadas pela sociedade, isso prejudicaria os meninos na escola, esclarecendo o número maior destes nas salas de reforço.

Buscando compreender porque meninos tem traçado caminhos escolares mais irregulares e aprofundar-se ainda mais nas configurações que constituem a função de ser aluno dentro do ambiente escolar Pereira (2015), em sua tese de doutorado investigou como as construções do “ser aluno” ocorre para meninos e meninas verificando as dificuldades de cada sexo. Ele fez isso através do trabalho de campo desenvolvido em uma turma de 2º série do Ensino Fundamental de uma escola municipal da cidade de São Paulo. O foco da análise foi em três principais aspectos: “relação da professora da turma com a organização da aula com os meninos e as meninas, as relações dos alunos e das alunas com o espaço da sala de aula e com os materiais escolares e as relações entre pares” (p.10)

No aspecto da relação da professora com a organização da aula com os meninos e meninas, podemos ressaltar como exemplo a condução das aulas de matemática em que a docente mostrava incentivo para participação dos meninos, não reconhecendo os esforços das meninas. Já nas aulas de português os alunos de ambos os sexos eram incentivados. Através da observação em sala foi possível notar algumas atitudes da professora que construíam as funções de cada sexo no decorrer das aulas.

Na relação dos alunos com o espaço e material escolar, Pereira (2015) aponta encontrar segregação nas configurações dos gêneros já na maneira em como a sala era organizada, pois as meninas sentavam mais próximas umas das outras e mostravam-se mais competitivas, já os meninos até mesmo como pretexto de levantar-se mais durante a aula em busca de empréstimo de algo, sentavam-se mais separadamente. Os alunos de ambos os sexos usavam como estratégia de distração, ir ao lixo apontar o lápis. Nos materiais e vestimenta era impossível não notar os aspectos de cada gênero, sendo as meninas sempre marcadas por algo cor de rosa.

Nas relações entre os pares em sala de aula o autor, observou a reprodução cultural e de poder existente na sociedade, uma vez que meninas

notadas como melhores alunas relacionavam-se entre si, um outro grupo que passava despercebido e criava estratégias para isso, já os meninos eram mais abertos aos relacionamentos. Além disso, também notou-se diferenças nos momentos de auxílio nas lições, os meninos sempre ajudavam uns aos outros, já as meninas só o faziam quando solicitadas pela professora.

O autor salienta que há outros aspectos não explorados pela pesquisa que fazem parte das configurações e construções do “ser aluno”, porém através das análises e observações que a pesquisa permitiu, nota-se que constituição dos alunos dentro das escolas tem muitas complexidades, e estas podem ser no decorrer da escolarização fatores determinantes para o sucesso ou fracasso escolar.

Encontramos descrições e preocupações semelhantes a estas no trabalho desenvolvido por Penna (2008). Em seu estudo a autora buscou entender através das práticas escolares que são marcadas tanto pela diferenciação de gênero como as raciais e econômicas, as estratégias utilizadas pelos alunos para se ajustar nas características escolares. A pesquisa foi feita por meio de observações e entrevistas com a professora e alunos de uma turma do 4º ano do Ensino Fundamental de uma escola municipal localizada em São Paulo.

De acordo com as observações em sala, a autora descreve que os alunos desenvolvem artifícios para se tornarem visíveis ou invisíveis no ambiente escolar. Há bons e maus alunos que são percebidos como visíveis, ou por terem um bom desempenho e serem participativos e ativos em sala ou por chamarem atenção através de comportamentos inadequados que atrapalhem a aula. Há ainda alunos que se equilibram entre o ser visível e o passar despercebido pela professora, estes últimos muitas vezes não participam, são copistas e tem um bom comportamento dificultando a percepção da docente sobre as que apresentam dificuldades de aprendizagem o que pode levar ao fracasso.

Além disso, sublinharemos que o estudo apresentou um equilíbrio no que se refere no desempenho dos gêneros, uma vez que nos alunos considerados com desempenho bom haviam meninos e meninas porém em sua maioria eram meninas, a autora ao dissertar sobre isso argumenta que as meninas muitas

vezes pareciam saber o que a professora esperava delas, e por isso se adaptavam melhor em sala de aula. Os alunos com mais problemas de comportamento e dificuldades de aprendizagem eram meninos, entretanto havia neste grupo algumas meninas que segundo a autora não progrediam na escola por problemas familiares.

A vivencia das crianças propiciada pelos anos anteriores de escolarização lhes moldaram na cultura existente na escola, cada um à sua maneira, porém todos entendendo que bons alunos eram aqueles que aprendiam a ser suportáveis naquele ambiente, mesmo que de maneira errônea como aqueles que eram descritos como menos percebidos por seus comportamentos, os alunos se ajustavam do modo como conseguiam na escola.

Seguindo outra dinâmica de pesquisa Carvalho, Senkevics e Loges (2014) buscaram compreender o sucesso escolar das meninas, através da socialização familiar. Para isso adentraram o interior de oito famílias de setores populares da cidade de São Paulo e como instrumentos de pesquisa utilizaram entrevistas com os pais e crianças e também observações e conversas na escola. Participaram da pesquisa 12 meninas, das quais apenas quatro apresentavam algum tipo de dificuldades de aprendizagem e 14 meninos que foram em sua maioria caracterizados como dificuldades de aprendizagem, mau comportamento, histórico de reprovações e convocações de responsáveis na escola. As crianças tinham entre 6 e 18 anos de idade.

Os resultados demonstraram desigualdades de gênero no tratamento e educação recebidos em casa, na divisão do trabalho entre os pais, na divisão dos afazeres domésticos entre meninos e meninas, no lazer, nas atividades extraescolares e planos para o futuro.

Segundo os autores a educação familiar das meninas era mais vigiada e restrita pelo pais, portanto as meninas aprendiam no interior de seus lares desde pequenas a serem obedientes, organizadas e silenciosas, características estas que são valorizadas no ambiente escolar. Na divisão do trabalho entre os pais, as entrevistas deixam claras as relações de poder existentes com domínio masculino, uma vez que apesar de em algumas famílias ambos trabalharem fora, a reponsabilidade pelos afazeres da casa era da mulher. Esse aspecto se refletia

nas crianças uma vez que as tarefas domésticas eram atribuídas mais intensamente para as meninas.

Com relação ao tempo de lazer as meninas tinham mais restrições que os meninos, devido ao acesso à rua ser muito limitado a elas, restando apenas vídeo games, computadores e televisões para esses momentos. Já no caso dos meninos podiam jogar bola, empinar pipa e brincar com amigos da vizinhança, isso devido a concepção de poder dos pais. É válido sublinhar que nem sempre as regras eram respeitadas pelas crianças, isso foi constatado nas entrevistas em que tais confessavam encontrar amigas e participar das brincadeiras de ruas sem o conhecimento dos pais.

Nas famílias que ofereciam atividades extraescolares ambos os sexos se propiciavam, porém os meninos na maioria da vezes eram práticas relacionadas ao esporte e que não contribuíam para um melhor desempenho escolar. Já as meninas eram envolvidas em atividades que auxiliavam no desenvolvimento de leitura e escrita como por exemplo, teatro, jornal e até mesmo em aulas oferecidas pela igreja. Com relação aos planos para o futuro as meninas se mostraram mais preocupadas em constituir carreiras qualificadas que exigem estudos prologados como medicina, veterinária e etc. Esse sonhos e planos futuros, poderiam estar impulsionando um melhor desempenho na escolar por parte das alunas.

Os resultados manifestados mostram como a socialização familiar auxilia e favorece as meninas no desempenho escolar. Isto porque o comportamento exigido em casa faz com elas desenvolvam características pertinentes ao ambiente escolar. Além disso, meninos e meninas tem a escola com significados diferentes, elas por serem mais restritas em casa se encontram neste ambiente um lugar de socialização.

Buscando aprofundar-se nas relações entre gênero, família e escola, Senkevics (2015) em sua dissertação de mestrado analisou por intermédio de entrevistas e observações, 25 alunos de oito a treze anos matriculados na terceira série do Ensino Fundamental de uma escola municipal de São Paulo. O autor tentou compreender como meninos e meninas percebem-se frente as desigualdades de gêneros no ambiente familiar e escolar. Além disso, o estudo

também buscou entender as construções de masculinidades e feminilidades baseando-se na teoria da socióloga australiana Raewyn Connel.

As conclusões do trabalho são consonantes com as da pesquisa exposta anteriormente. Sendo as meninas mais restritas e vigiadas pelo pais, em saírem de casa para algo que lhes proporcione momentos de lazer, além de serem sobrecarregadas por tarefas domésticas, resultando como próprio autor destaca “em situações de confinamento doméstico para muitas meninas e, em contraste, rotinas mais frouxas e livres para maioria dos garotos.” (SENKEVICS,2015. p.11) Além disso a escolarização torna-se mais favorável as meninas por serem estimuladas a terem comportamentos que acabam condizendo com os esperados na escola.

O artigo apresentado por Osti e Martinelli (2014), averiguou o desempenho escolar de acordo como o sexo das crianças além de também verificar a concepção que tinham das expectativas das professoras. Fizeram parte da pesquisa 51 alunas e 69 alunos, que tinham entre 10 a 14 anos e estavam matriculados no 5° ano de escolas públicas da região metropolitana de Campinas. Para obter os resultados as autoras utilizaram uma escala que foi respondida pelos alunos, esta continha 17 itens que eram divididos em fatores de percepção negativa e positivas das expectativas do professor por parte da criança. E para verificar o desempenho dos alunos foi considerado a avaliação da professora.

É valido ressaltar que dos alunos que participaram 60 tinham desempenho satisfatório e 60 insatisfatório. Sendo assim os resultados demonstraram que a maioria dos alunos com desempenho insatisfatório eram do sexo masculino, porém mesmo tendo a média maior o número de meninas comparado ao de meninos com bom desempenho se equilibrava. Já em relação as expectativas dos professores, nota-se as influencias que os docentes tem sobre a aprendizagem das crianças, uma vez que os alunos com desempenho satisfatório se consideraram elogiados e reconhecidos como bons alunos pelos professores, os alunos com desempenho insatisfatório declaram receber mais críticas e serem vistos como indisciplinados e relaxados, além disso se julgavam

incapazes pois tinham a concepção de que tudo o que desenvolviam até mesmo as lições, sempre eram consideradas incorretas pelos professores.

Tendo características diferenciais dos demais trabalhos expostos até aqui Ferreira, Conte e Marturano (2011), procuraram examinar as autopercepções de 50 meninos com reclamações escolares, além disso também verificaram como essas percepções se associavam no desempenho e comportamento dos alunos. A escolha em focalizar apenas em meninos, foi devido ao maior número destes nos atendimentos extraescolares relacionados ao baixo desempenho. Os que participaram da pesquisa tinham a faixa etária de 6 a 11 anos e faziam parte de uma clínica de atendimento psicopedagógico para crianças com alguma dificuldade de aprendizagem. Como ferramenta de investigação das autopercepções utilizou-se indicadores do funcionamento cognitivo, acadêmico e comportamental dos participantes.

Os resultados demonstraram que as autopercepções que os alunos têm relacionadas ao desempenho e comportamento escolar são desfavoráveis. O autoconceito na condição de felicidade teve relação com todos os indicadores de desempenho, uma vez que quanto mais alto o desempenho da criança, mais feliz e satisfeito ela se sentiu. Já o autoconceito associado aos conhecimentos acadêmicos não tiveram relação com desempenho. Porém as autoras ressaltam que as crianças que acumulam em seu histórico fracasso escolar, inclinam-se a desenvolver um baixo nível de autoeficácia e autoconceito acadêmico, pois

“Não acreditando na própria capacidade, a criança tende a desistir diante das tarefas escolares, o que provavelmente resulta em desempenho ruim, reforçando ainda mais seu sentimento de incapacidade. E assim recomeça o ciclo - quanto mais a criança se sente incapaz, mais estará suscetível ao insucesso, cujos desdobramentos na escola e em casa geram ansiedade e sentimentos de infelicidade. Ou seja, uma vez que a criança desenvolve um baixo senso de autoeficácia, torna-se difícil romper esse círculo vicioso sem ajuda.” (FERREIRA, CONTE e MARTURANO, 2011 p. 450)

Segundo as autoras para melhor compreensão das autopecepções em crianças com dificuldades escolares seria necessário estudos mais profundos que abordassem novas evidencias.

3.3 Ensino Médio

As pesquisas encontradas que foram desenvolvidas com alunos do Ensino Médio, foram duas. Ambas tiveram como campo de estudos escolas particulares e públicas, além disso também buscaram verificar as diferenças de gêneros nesta faixa etária.

Martins (2011) em sua dissertação de mestrado verificou entender como os papéis de gênero impostos pela sociedade influenciam meninos e meninas em suas escolhas na vida escolar e fora dela, além disso também analisou as relações existentes entre a percepção de autoeficácia acadêmica dos alunos com os planos para o futuro. A autora escolheu como participantes alunos do 1º e 2º ano do Ensino Médio, pois segundo ela esta fase é um período em que há muitas escolhas a serem feitas. Sendo assim, participaram 81 alunos matriculados em escolas públicas e 89 matriculados em duas escolas privadas. Como meio de avaliá-los usou-se roteiros de autoeficácia e para averiguar os planos para o futuro foi solicitado que os alunos escrevessem uma redação que abordasse este tema. Além disso, também responderam duas questões sobre o que esperavam de suas vidas profissionais

Os resultados revelaram que ambos os alunos tem uma percepção positiva de autoeficácia acadêmica, a autora ressalva que a pesquisa pode ter tido um efeito reflexivo sobre o desempenho dos alunos, uma vez que abordava assuntos relacionados ao futuro. Nas relações que condiziam aos planos de carreira e escolhas de vida, encontrou-se muitas diferenças relacionadas as relações de gênero. As meninas apesar de aspirarem por terem carreiras profissionais, também demonstraram preocupação com organização de suas vidas quanto futuras esposas e mães. Além disso em algumas redações dos meninos foi possível notar o conservadorismo existente quanto ao papel do homem apenas como provedor da casa.

A partir disto, a autora refere-se sobre a realidade vivenciada hoje pela sociedade referente as desigualdades dos gêneros, pois apesar do discurso ser de igualdade para todos, a prática continua demonstrando o contrário. O resultado da pesquisa demonstrou a partir dos dados das redações que indiferente da classe social, ainda hoje há uma reprodução das diferenças de gêneros na sociedade.

Visando uma outra perspectiva Machado (2014) em seu estudo partiu da hipótese de que fatores afetivos estão diretamente associadas ao desempenho, sendo assim dissertou sobre as possíveis diferenças entre a autoeficácia e atitudes relacionadas a matemática, ao gênero e ao desempenho de estudantes do 3º ano do Ensino Médio. A autora utilizou na pesquisa itens da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), questionários, escalas relacionadas autoeficácia e autoconceito matemático e entrevistas com os alunos. Fizeram parte do estudo 65 estudantes de escolas privadas e 54 de escolas públicas, sendo 70 do sexo feminino.

Após estatísticas elaboradas, chegou-se aos seguintes resultados: com relação as crenças de autoeficácia em matemática não encontrou-se diferenças significativas relacionadas aos gêneros; Com relação as escolas que estudavam, os alunos da escola privada apresentaram expectativas mais elevadas no que refere-se ao desempenho, demonstrando que são mais confiantes que os alunos de escolas públicas; Com relação a autoconceito matemático não houve tantas diferenças relacionadas aos gêneros, porém os alunos do sexo masculinos mostraram ter mais tendências para área. As evidências apresentadas pela pesquisa demonstram que os itens de matemática do ENEM quando relacionados com gênero, tem maior proximidade com os meninos. Além disso, comparando o desempenho nos itens do ENEM entre escola pública e privada, os alunos de escola privada mostram melhor desempenho que os alunos de escola pública.

Por fim os resultados indicaram que quanto mais positiva for as atitudes relacionadas a disciplina, maior será a crença de autoeficácia e autoconceito, no que se refere a matemática é válido ressaltar que as relações mais significativas foram com os estudantes do sexo masculino e alunos da escola privada.

A partir dos trabalhos aqui expostos no próximo capítulo, busca-se fazer uma discussão com os resultados apresentados.

4 Discussão e considerações finais

Esta pesquisa buscou compreender e verificar as diferenças de gêneros presentes no desempenho escolar bem como averiguar as possíveis variáveis que norteiam esta temática. A princípio partiu-se com a hipótese de que havia diferenças entre meninos e meninas, porém estas poderiam ser causadas e associadas pelo pré-julgamento sociais. Para tanto analisou-se 11 artigos e teses que discorreram sobre a temática.

A partir do conjunto de estudos expostos podemos ressaltar algumas conclusões sobre a diferenças entre o desempenho escolar de meninos e meninas. Primeiramente é interessante verificar que apesar de muitos estudos, apenas dois deles que foram realizados no Ensino Médio investigaram as camadas da população de classe mais alta que estudam em escolas privadas. Além disso, encontramos somente um estudo que aborda a temática na educação infantil. O que nos chama atenção para a carência de pesquisas que considerem as diferenças de gêneros no desempenho escolar. Entretanto é necessário considerar que apesar de pesquisas sobre o fracasso escolar e os fatores associados a ele como motivação, afetividade, relação professor aluno entre outras, serem mais antigas, os estudos que abordam as desigualdade de gêneros nesta área são de acordo com Neves (2002), recentes e portanto tornam-se limitadas no contexto educacional brasileiro.

Através dos resultados dos estudos, podemos evidenciar que a maneira como as professoras avaliam meninos e meninas são diferentes e ressaltam as desigualdades de gênero presentes na escola, uma vez que associam ao mau comportamento em características biológicas e sociais presentes nos meninos como por exemplo a maneira como definem e valorizam a escola, com isso relacionam aos alunos do sexo masculino as dificuldades de aprendizagem. Ainda referente as professoras encontramos em alguns estudos como o de Penna (2008) que responsabilizaram as famílias e as condições sociais pelo baixo desempenho de alguns alunos. Os resultados se mostraram compatíveis com pesquisas anteriores como as de Pollack (1999) e Carvalho (2001), já apresentados anteriormente no capítulo 2, em que professores mostram-se mais favoráveis aos comportamentos apresentados pelas meninas.

Além disso, podemos destacar também algumas pesquisas como a de Senkevics (2015), que demonstraram como o ambiente familiar favorece as meninas no desempenho escolar, isto devido aos pais reforçarem em sua educação comportamentos como obediência, submissão e pró atividade que são associados a escolarização. Já os meninos são educados com menos regras e limites o que dificultaria a escolarização. Podemos notar que as diferenças de educação presentes nas famílias estão associadas as relações de poder presentes na sociedade, pois retomando o estudo apresentado por Bruschini e Ricoldi (2012), podemos verificar em um simples exemplo como o cuidado com a casa e com os filhos fica sobre responsabilidade das mulheres, sendo os homens apenas ajudantes. Além disso também encontramos essas realidades na pesquisa feita por Martins (2011), em que adolescentes em suas redações demonstraram reafirmar a inferioridade da mulher e a superioridade do homens, uma vez que muitos alunos do sexo masculino se descreveram como sendo apenas trabalhadores com altos salários para manter suas esposas e filhos.

Podemos visualizar também essa associação entre relação de gêneros e de poder nas escolas desde de seu início, em que as mulheres não tinham direito a escolarização. E mesmo após ganhar esse direito ainda eram encontradas diferenciações nos currículos de meninos e meninas. (LOURO, 2001). Nesta perspectiva na pesquisa de Dal'Igna (2007) encontramos nos discursos das professoras muitas relações de poder sobre os meninos e as meninas, como por exemplo quando explicam o fracasso escolar dos alunos do sexo masculino como sendo falta de comportamento enquanto as meninas quando fracassam são consideradas com algum problema cognitivo. Neste ponto também é válido destacar as desigualdades encontradas no mercado de trabalho, pois mesmo com a redução da diferença salarial que existia entre homens e mulheres, ainda há um grande embate para que estas sejam remuneradas e promovidas em relação aos homens. (MADALOZZO, MARTINS e SHIRATORI, 2010) Sendo assim, refletimos que apesar da sociedade bradar em alta voz sobre a igualdade, ainda há muita diferenciação em circunstâncias aparentemente pequenas.

Retomando a discussão, das pesquisas que analisaram o desempenho dos alunos encontramos diversas metodologias como teste de autoeficácia, teste de autopercepção, teste de leitura e escrita, análise de autoeficácia em

matemática entre outros, além algumas avaliarem o desempenho de acordo com o conceito das professoras. É válido ressaltar que a maioria dos trabalhos que avaliaram os alunos de acordo com algum teste, apresentaram diferenças mais equilibradas entre meninos e meninas. No trabalho de Osti e Martinelli (2014) por exemplo encontramos um número maior de meninos com desempenho insatisfatório, porém no trabalho de Machado (2014) notou-se que as relações de autoconceito e autoeficácia eram mais expressivos em alunos do sexo masculino. Contudo nas avaliações de desempenho que corroboraram com a perspectiva da professoras apresentaram uma tendência para alunos do sexo femininos. Nos estudos de Gardianal e Marturano (2007) por exemplo encontramos a meninas mais eficientes segundo as professoras, nas tarefas e nas relações com professores e amigos. Pereira (2015) também apontou através da observação em sala que a professora ao abordar alguns temas também se valorizava mais um dos sexos.

Como já explicito, o presente estudo conceitua o gênero como sendo constituído e construído a partir das relações sociais que os envolvem, assim sendo os comportamentos das feminilidades e masculinidades são apenas reproduzidos pois já foram constituídos culturalmente no decorrer da história. Apesar das desigualdades terem diminuído com o passar das décadas, as mulheres ainda buscam serem vistas como iguais. Porém podemos destacar que por ser uma constituição social e cultural é necessário uma mudança no ponto de vista da sociedade em geral uma vez que, as características e aspectos que cada sexo deve desenvolver na sociedade, é ensinado para as crianças desde pequenas dentro de seus lares, isso foi possível de se verificar por meio das pesquisas que explanaram os contextos familiares. Além disso as escolas que se dizem neutras sobre esses aspectos, também demonstraram fortemente que são um meio de disseminação das desigualdades de gêneros, isto devido ser um local de socialização em que as crianças estão cercadas de avaliações explícitas e implícitas que esperam os comportamentos certos de cada sexo, isso ocorre por parte de adultos e de seus próprios pares.

Ressaltamos que o presente trabalho apesar de ter contribuído para as pesquisas apresentou certas limitações. Primeiramente não encontrou-se tantos estudos que se relacionassem com o tema o que dificultou uma análise mais

profunda sobre o assunto, além disso também destacamos que poucas das pesquisas averiguaram as relações de gêneros de acordo com a percepção dos alunos, sempre considerando mais a postura e avaliação dos professores.

Por fim, queremos enfatizar que as pesquisas que avaliaram os desempenho dos alunos demonstraram que as meninas se apresentam em maioria como melhores alunas, porém ficou claro que as desigualdades de gêneros no que diz respeito ao desempenho ocorrem devido a cultura aprendida e reproduzida principalmente pelas professoras em suas avaliações que mesmo sem intenção esperam de cada sexo comportamentos de masculinidades e feminilidades.

Referencias

ACORDI, D. R. **Da chibata ao magistério: a trajetória da educação feminina no Brasil patriarcal**. Rev. Estud. Fem. [online]. 2007, vol.15, n.3, pp.834-836. ISSN 0104-026X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2007000300022>

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; MITRULIS, Eleny. **Os ciclos escolares: elementos de uma trajetória**. Cad. Pesqui. São Paulo, n. 108, p. 27-48, nov. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741999000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 23 jul. 2017.

BERTAGNA, R. H. **Avaliação e progressão continuada: o que a realidade desvela**. Pro-Posições, Campinas, v. 21, n. 3, p. 193-218, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373072010000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em :19 jul. 2017.

BRASIL, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Brasília: 1996.

BRITO, A. N. **O Regime de progressão continuada e a formação de professores: um estudo sobre as iniciativas da Secretaria do Estado de São Paulo – 1996-1998**. 2001. 94p. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

BROUGÈRE, G. **Brinquedos e Companhia**. São Paulo: Cortez, 2003

BROOKE, N.; SOARES, J. F. **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias**. 1 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

BRUSCHINI, M. C. A. **Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?** Revistas Brasileira de Estudos Populacionais, v. 20 n.2, p.331-353, 2006. Disponível em: <http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/trabalho%20domestico.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2017

BRUSCHINI, M. A.; RICOLDI, A. M. **Revedo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 259-287, abr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000100014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 jun. 2017.

BULBARELLI, K. **O período de alfabetização: laço entre a linguagem e a sexualidade**. 2007, 122p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/DissertacaoKarynBulbarelli.pdf>. Acesso em: 01 jul.2017.

CARVALHO, A. E., LINHARES, M. B. M., MARTINEZ, F. E. (2001). **História de desenvolvimento e comportamento de crianças nascidas prematuras e de baixo peso (< 1.500 g)**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(1), p.1-33, 2001. Disponível em: <http://www.luzimarteixeira.com.br/wpcontent/uploads/2010/05/desenvolvimento-em-criancas-pre-termo.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2017.

CARVALHO, M. P. **Mau aluno, boa aluna? como as professoras avaliam meninos e meninas**. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v 9, n. 2, p. 554-574, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 jul. 2017.

CARVALHO, M. P. **Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero**. *Educ. Pesqui.* São Paulo , v. 29, n. 1, p. 185-193, jun. 2003 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022003000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 jul. 2017.

CARVALHO, M. P. **Teses e dissertações sobre gênero e desempenho escolar no Brasil (1993 - 2007): um estado da arte**. *Pro-Posições*, Campinas, v. 23, n. 1, p. 147-162, abr. 2012 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072012000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 jul. 2017.

CARVALHO, M. P.; SENKEVICS, A. S.; LOGES, T. A. **O sucesso escolar de meninas de camadas populares: qual o papel da socialização familiar?** *Educ. Pesqui.* 2014, vol.40, n.3, pp.717-734. ISSN 1517-9702. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-97022014091637>. Acesso em: 29 jun. 2017.

COLEMAN, J. S. et al. **Equality of education opportunity**. Washington: Office of Education and Welfare, 1966.

CONNEL, R. **Gender: In World Perspective**. 2 ed. Cambridge/Malden: Polity Press, 2009 [1999]. p.180.

CORRÊA, R. M. Um olhar sobre a eficácia da educação escolar. In: CORRÊA R. M. (Org.), **Dificuldades no aprender: um outro modo de olhar** Campinas: Mercado das Letras, 2001. p.15-63.

CORSARO, W. A. **Sociologia da infância**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. p.384.

DAL'IGNA, M. C. **Desempenho escolar de meninos e meninas: há diferença?** *Educ. rev.*, Belo Horizonte , n. 46, p. 241-267, dez. 2007 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982007000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 ago. 2017.

FELIPE, J. Produção e estudos do GEERGE: algumas considerações. In: CATANI, D et al. **Docência, memória e gênero – Estudos sobre formação**. São Paulo: Escrituras, 1997.

FERREIRA, A. B. H. **Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 6 ed. Curitiba: Positivo, 2005.

FERREIRA, A. A.; CONTE, K. M.; MARTURANO, E. M. **Meninos com queixa escolar: autopercepções, desempenho e comportamento**. *Estud. psicol.* (Campinas), Campinas, v. 28, n. 4, p. 443-451, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2011000400005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 jul. 2017.

GARDINAL, E. C.; MARTURANO, E. M. **Meninos e meninas na educação infantil: associação entre comportamento e desempenho**. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 12, n. 3, p. 541-551, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722007000300011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 jul. 2017.

GENARI, C. H. M. **Motivação no contexto escolar e desempenho acadêmico**. 2006. 121p. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2006. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000406772&opt=4>. Acesso em: 15 jun. 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. *Rev. adm. empres.* [online]. 1995, vol.35, n.2, pp. 57-63. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901995000200008>. Acesso em: 25 mai. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/25072002pidoso.shtml> Acesso em: 29 jun. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. V 33. P.133

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2013**. Brasília: Inep, 2014. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica> Acesso em: 29 jun. 2017.

IZQUIERDO, M. J. Uso y abuso del concepto de género. In: VILANOVA, M. (comp.). **Pensar las diferencias**. Barcelona (Espanha): Universitat de Barcelona/Institut Català de la Dona, 1994. p.31-33. Disponível em: <http://www.bdigital.unal.edu.co/47756/1/8447703215.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2017.

KROUSE, J. H.; KROUSE, H. J. **Toward a multimodal theory of academic underachievement**. *Educational Psychologist*, v. 16, n 3, p.151-164.1981

LAROS, J. A.; MARCIANO, J. L. **Índices educacionais associados à proficiência em língua portuguesa: um estudo multinível**. Aval. psicol., Porto Alegre, v. 7, n. 3, p. 371-389, dez. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712008000300010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 jul. 2017.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 2001. p. 374.

LEITE, S. A. S. **O fracasso escolar no ensino de primeiro grau**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília: v. 69, n. 163, 1988. p. 510-540

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2001. p.443-481.

MADAUS, G. F.; AIRASIAN, P, W.; KELLAGHAN, T. **School effectiveness: a reassessment of the evidence**. New York: McGraw-Hill, 1980.

MARIN, A. J. **Com o olhar nos professores: Desafios para o enfrentamento das realidades escolares**. Cad. CEDES, Campinas, v. 19, n. 44, p. 8-18, abr. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01013262199800010002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 jul. 2017.

MACHADO, M.C. **Gênero e desempenho em itens da prova de matemática do exame nacional do ensino médio (enem): relações com as atitudes e crenças de autoeficácia matemática**. 2014. 224p. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2014. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000938061> Acesso em: 13 abr. 2017.

MADALOZZO, R.; MARTINS, S. R.; SHIRATORI, L. **Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais?** Rev. Estud. Fem. Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 547-566, ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2010000200015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 jun. 2017.

MARCHESI, A.; GIL, C. H. **Fracasso escolar: uma perspectiva multicultural**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MARTINELLI, S. de C. Fracasso escolar: um olhar sobre a relação professor-aluno. In: SISTO, F. F.; MARTINELLI, S. de C. **Afetividade e dificuldades de aprendizagem; uma abordagem psicopedagógica**. São Paulo: Vetor, v.1, 2006. p. 43-56.

MARTINS, M. C. J. **Expectativas escolares e profissionais de adolescente: um estudo sobre relações de gênero e percepção de autoeficácia acadêmica**. 2011. 97p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-22102013-164124/fr.php>. Acesso em: 24 jun. 2017.

MEDEIROS, M. F. **Análise do sucesso e do fracasso escolar: um estudo exploratório como base para gerar hipóteses de pesquisa.** Arquivos Brasileiro de Psicologia, Rio de Janeiro, v.31, n.4, 1979. p. 125-153.

NASCIMENTO, R.B. **Aprovação automática: proposta pedagógica ou casuísmo político? Instrumento:** Revista de Estudo e Pesquisa em Educação, v.1, n.1,1999. p. 81-85.

NEVES, C. E. Estudos Sociológicos sobre educação no Brasil. In: MICELI, S. **O que ler nas ciências sociais brasileira (1970-2002).** São Paulo: Sumaré, 2002.

OSTI, A.; MARTINELLI, S. de C. **Desempenho escolar: análise comparativa em função do sexo e percepção dos estudantes.** Educ. Pesqui. São Paulo, v. 40, n. 1, p. 49-59, mar. 2014 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022014000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 jul. 2017.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar. Histórias de submissão e rebeldia.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

PENNA, P. M. **Cenas do cotidiano escolar: visibilidades e invisibilidades.** 2008.133 p. Dissertação(Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/PatriciaMartinsPenna.pdf. Acesso em: 20 jun. 2017.

PEREIRA, Fábio Hoffmann. **Encaminhamentos a Recuperação Paralela: um olhar de gênero.** 2008. 111 p. Dissertação (Mestrado). Curso de Sociologia da Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-08102008-143805/pt-br.php>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

PEREIRA, Fábio Hoffmann. **Configurações do ofício de aluno: Meninos e meninas aprendendo a ser aluno na escola.** 2015. 244 p. Tese (Doutorado). Curso de Sociologia da Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/FABIO_HOFFMANN_PEREIRA_rev.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2017.

PERRENOUD, P. **O ofício de aluno e o sentido do trabalho escolar.** Tradução de Julia Ferreira. Porto: Porto Editora, 1995.

POLLACK, W. **Escolas: a bagunça do quadro negro in Meninos de verdade: Conflitos e desafios na educação de filhos homens.** Porto Alegre: Editora Alegro,1999. p. 265-309

SALVADOR, A. P. V. **Análise da relação entre práticas educativas parentais, envolvimento com tarefas escolares, depressão e desempenho acadêmico de adolescentes.** 2007 . 157 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: http://www.ppge.ufpr.br/teses/M07_salvador.pdf. Acesso em: 16 mai. 2017.

SANTOS, Márcia Maria Brandão. **Em busca de escolas eficazes: a experiência de duas escolas do município da Grande São Paulo e as relações escola família.** 2010. 161 p. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-11112010-162911/pt-br.php>> Acesso em: 16 jun.2017.

SÃO PAULO. **Deliberação CEE n. 09/97.** Institui o Regime de Progressão Continuada no Ensino Fundamental. Diário Oficial do Estado, 05/08/1997. Disponível em: <<http://www.doesp.net/estadual.html#0018>>. Acesso em: 20.maio.2017

SENKEVICS, A. S. **Gênero, família e escola: socialização familiar e escolarização de meninas e meninos de camadas populares de São Paulo.** 2015. 215 p. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia da Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/ADRIANO_SOUZA_SENKEVICS_rev.pdf> Acesso em: 11 jul. 2017.

SENKEVICS, A. S.; CARVALHO, M. P. **Casa, rua, escola: gênero e escolarização em setores populares urbanos.** Cad. Pesqui. São Paulo, v. 45, n. 158, p. 944-968, dez. 2015 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742015000400944&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 jul. 2017.

SOUSA, S. M. Z. L. **A avaliação na organização do ensino em ciclos.** Revista de Educação Usp, São Paulo, n. 13, 2001. p. 30 – 36.

VIÉGAS, L.S.(2002) **Progressão continuada e suas repercussões na escola pública paulista: concepções de educadores.**2002. 250 p. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/lygia_viegas.pdf. Acesso em: 20 jun. 2017.

Prof^a. Dr^a. Andréia Osti

Mariana de Sousa